

sindcvm

SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES DA CVM

SindCVM Informa

Edição 98
02 de julho de 2024



SindCVM



SindCVM



sindcvm.org.br



 NOVA GESTÃO

Diretoria e Conselho Fiscal para o biênio 2024/2026 tomam posse

Mandatos tiveram início nesta segunda-feira, 1º de julho, e se estendem até 30 de junho de 2026

Tomou posse nesta segunda-feira, 1º de julho, a nova Diretoria do SindCVM. A reunião que marcou a posse da gestão responsável pela condução do Sindicato no biênio 2024/2026 ocorreu por meio de videoconferência.

Durante o ato, a Diretoria, eleita por meio de votação eletrônica realizada em março, reafirmou o compromisso de lutar nas variadas frentes em defesa da valorização dos servidores ativos, aposentados e pensionistas, da Comissão de Valores Mobiliários, bem como de promover ainda mais benefícios aos filiados. Em destaque na agenda do corpo funcional da Autarquia, uma desafiadora mesa negocial com o governo onde busca-se

isonomia com carreiras de mesma importância estratégica para o Estado, especialmente aquelas que integram o do Núcleo Financeiro.

Confira a composição da gestão 2024/2026 do SindCVM:

Oswaldo Molarino Filho - Presidente

Roselene Cândida Alves - Diretora Administrativo-Financeira

Breno Santos Rocha - Diretor Jurídico

Carlos Henrique Butler Braga - Diretor de Assuntos
Institucionais/Parlamentares

Tânia Margarete de Mello Lopes - Diretora de Operações

Márcio Gonçalves Martins - Suplente

A segunda-feira também marcou a posse do novo Conselho Fiscal, que terá a seguinte composição:

Andrea Coelho Batista - Presidente

Anísio Franco Câmara

Selmo da Costa Mendes

Os mandatos dos membros Diretoria e do Conselho Fiscal se estendem até 30 de junho de 2026.

 DIÁLOGO

**GT Saúde do Sindicato se reúne com
presidente da CVM**

Grupo de trabalho apresentou dados e alternativas para a criação de assistência à saúde no âmbito da Autarquia

O estabelecimento de uma assistência à saúde no âmbito da Comissão de Valores Mobiliários segue na pauta do corpo funcional da Casa. Em reunião com o presidente, João Pedro do Nascimento, e o superintendente seccional de Desenvolvimento e Modernização Institucional da Autarquia, Daniel Valadão, no dia 24 de junho, o Grupo de Trabalho Saúde, instituído pelo SindCVM, apresentou dados históricos e alternativas para a efetivação da demanda.

Os representantes da Administração manifestaram o entendimento sobre a justeza e a pertinência do pleito. João Pedro do Nascimento, que fez questão de participar do encontro, afirmou que tem buscado opções para viabilizar a questão.

O Grupo de trabalho, a pedido do Superintendente Valadão, está reunindo dados para elencar, em um relatório, as opções que se apresentaram, acompanhadas de um histórico acerca das condições peculiares da Autarquia. O objetivo é que essas alternativas propostas sejam analisadas também sob o aspecto legal, o que deve incluir uma apreciação da Procuradoria Federal Especializada (PFE) da CVM.

MESA ESPECÍFICA

SindCVM cobra devolutiva do MGI e restabelecimento da assimetria com o BC

Possibilidade de perpetuação do desalinhamento, criado pela má condução das mesas negociais, é inadmissível para o Sindicato

Ainda sem uma nova data para retornar à mesa específica de negociação com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, o SindCVM intensificou a atuação em prol da retomada das tratativas. No dia 11 de junho, o presidente, Oswaldo Molarino Filho, e o diretor de Assuntos Parlamentares, Carlos Butler, se reuniram com a secretária-adjunta de Gestão de Pessoas (SGP) do MGI, Regina Camargos, e com o coordenador-geral do Departamento de Relações de Trabalho no Serviço Público (Deret), José Borges, para tratar da pauta de reivindicações das carreiras da Comissão de Valores Mobiliários. Durante o encontro, os dirigentes cobraram a retomada das negociações. O pedido foi reforçado em email enviado à coordenação da Secretaria de Relações de Trabalho nesta terça-feira, 2 de julho.

Em texto publicado nos canais oficiais, a Diretoria do Sindicato ressalta que é premente o restabelecimento do alinhamento entre os servidores da Autarquia e do Banco Central do Brasil. “Devido a políticas de gestão de pessoal no âmbito do Executivo, estabeleceu-se um incompreensível tratamento assimétrico entre os servidores das duas autarquias. Prática que pode perpetuar o desalinhamento, caso o governo federal, mais especificamente o MGI, mantenha a condução assimétrica da Mesa Específica e Temporária que trata das demandas dos servidores da Comissão de Valores Mobiliários”.

Os dirigentes lembraram ainda que o alinhamento não se trata apenas da questão remuneratória, uma vez que o acordo do BC com o MGI previu a alteração de nomenclatura dos atuais Analistas, cargo de nível superior, para Auditor. Portanto, o pleito de igual teor dos servidores de nível superior da CVM, precisa ser, do mesmo modo, pautado. “Está nas mãos do governo a garantia de um alinhamento entre as carreiras da Comissão de Valores Mobiliários e do Banco Central que faça jus à histórica simetria das instituições e à relevância de suas competências para o desenvolvimento econômico nacional”, pontuou a Diretoria, no texto publicado.

A insatisfação com as negociações não se restringe à CVM. No dia 11 de junho, as entidades afiliadas ao Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) aprovaram uma moção de repúdio à

condução, descoordenada e intransigente, das mesas negociais por parte do MGI.

Na oportunidade, o presidente do SindCVM criticou a falta de um maior envolvimento da SGP - pasta responsável por tratar de temas relativos à reestruturação de carreira -, o que, avalia, causa um “enorme prejuízo aos servidores”. Na mesma linha, o presidente do Fórum, Rudinei Marques, chamou a atenção para a desorganização do processo. “Mudanças de rumos, protelação de soluções e indefinições levarão a um ano de perda de tempo. Estas negociações ficarão registradas como as mais mal conduzidas nas últimas duas décadas”, afirmou.

 NA CÂMARA

SindCVM busca alterações ao texto do PLP 68/2024

Matéria estabelece, dentre outros pontos, a tributação das entidades fechadas de previdência complementar

O SindCVM e outras entidades que integram o Instituto Servir Brasil atuam no Congresso Nacional contra a tentativa de tributação sobre os ganhos de rentabilidade das instituições fechadas de previdência complementar, como a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público (Funpresp), proposta pelo Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/2024. As representações do funcionalismo articulam a apresentação de emendas à matéria.

Além da atuação na Câmara dos Deputados, onde tramita o dispositivo, o Instituto Servir Brasil emitiu nota pública no último dia 28 de junho, em que expressa preocupação diante de uma possível aprovação do PLP 68/2024 nos termos atuais. Conforme destaca o manifesto, ao propor a tributação sobre os ganhos de rentabilidade das instituições fechadas de previdência complementar, “equiparando-as a instituições financeiras com fins

lucrativos”, o projeto em tela “pode reduzir a renda complementar futura dos servidores e desestimular a adesão ao regime”, bem como comprometer “a sustentabilidade dos planos de benefícios”.

No mesmo documento, as entidades signatárias indicam apoio a emendas que visam afastar a incidência do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) aplicados às entidades fechadas de previdência complementar.

Clique [aqui](#) para ler a nota pública na íntegra.

O tema também concentra atenções do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate). Na assembleia geral realizada em 11 de junho, as afiliadas decidiram pela elaboração de um estudo, a ser apresentado aos congressistas, e pela atuação junto ao Poder Executivo, proponente do PLP 68/2024, buscando alterações ao texto.

Copyright © 2024 SindCVM.

Você pode [cancelar sua inscrição](#) .

